

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC000602/2015
DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/04/2015
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR011130/2015
NÚMERO DO PROCESSO: 46220.001579/2015-29
DATA DO PROTOCOLO: 01/04/2015

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC, CNPJ n. 80.673.387/0001-86, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). DANIEL NUNES DAS NEVES;

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARI, CNPJ n. 79.240.966/0001-56, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MARIO CESAR SILVA;

E

SANTA CATARINA TURISMO SA, CNPJ n. 83.469.908/0001-76, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALDIR RUBENS WALENDOWSKY;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO, PERÍCIA, PESQUISA E INFORMAÇÕES**, com abrangência territorial em **SC**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA TERCEIRA - REPOSIÇÃO SALARIAL

A Empresa reajustará os salários de todos os empregados pertencentes às categorias abrangidas pelo presente acordo em 5,81% (cinco vírgula oitenta e um por cento), a partir de 1º de maio de 2014, incidindo sobre a folha de pagamento do mês de abril de 2014 incorporados a partir da folha salarial de maio de 2014.

Parágrafo Primeiro: O pagamento dos valores correspondentes aos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2014 serão pagos juntamente com a folha de pagamento do mês de novembro 2014, na forma de abono.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO DA HORA EXTRAORDINÁRIA

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal nos dias úteis, e em 100% (cem por cento) nos sábados, domingos e feriados, respeitadas as exceções contidas nos Artigos 59 a 61 da CLT.

Adicional Noturno

CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO

A empresa pagará, a título de adicional noturno, o percentual de 30% (trinta por cento) de acréscimo sobre a hora normal, e será pago ao empregado que laborar entre 22:00 horas de um dia e 05:00 horas do dia seguinte.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A Empresa garantirá o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para seus empregados, por meio do fornecimento mensal de 22 (vinte e dois) vales alimentação no valor de R\$ 18,00, a partir de maio de 2014.

Parágrafo Primeiro

: O pagamento dos valores correspondentes aos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2014 serão pagos juntamente com a folha de pagamento do mês de novembro 2014.

Parágrafo Segundo

O empregado não receberá vale alimentação quando em:

- Licença sem remuneração
- Licença médica após os 120 primeiros dias
- Licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo

- Cumprindo suspensão disciplinar
- Faltas injustificadas

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXILIO DOENÇA/ACIDENTADO

A empresa pagará complementação de auxílio doença/acidentado ao empregado, enquanto estiver afastado por doença ou acidente, pago na mesma data dos demais empregados, sendo que os valores percebidos pela Previdência Pública, serão recolhidos pelo empregado aos cofres da empresa nos primeiros meses através de GR -Guia de Recolhimento, em razão do atraso do pagamento por parte do INSS, e para os demais meses, a empresa efetuará o respectivo desconto em folha de pagamento.

Parágrafo Primeiro: Caso haja atraso por parte do INSS quanto ao pagamento do benefício, a SANTUR efetuará o pagamento integral do salário, enquanto o INSS não regularizar a situação. Decorrido mais de 2 (dois) meses de atraso, a empresa suspenderá o pagamento da complementação, até que o empregado apresente o comprovante de recebimento junto ao INSS na Divisão de Apoio de Pessoal, caso contrário fica a empresa autorizada a efetuar o desconto em folha de complementação referente aos 2 (dois) primeiros meses.

Parágrafo Segundo: O empregado afastado por doença ou acidente terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do pagamento à Previdência, para apresentar o comprovante do recebimento e o respectivo recolhimento. A não apresentação implicará em suspensão da complementação do auxílio doença/acidente.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA OITAVA - AUXILIO FUNERAL

Em caso de falecimento do empregado, a empresa cobrirá as despesas do funeral, devidamente comprovadas no valor limite de 10(dez) vezes o menor salário pago pela empresa, para carga horária de 8 (oito) horas.

Auxílio Creche

CLÁUSULA NONA - AUXILIO CRECHE

A empresa manterá convenio com creche, nos termos da legislação em vigor, estendendo o prazo de atendimento as crianças com até 12 (doze) meses de idade.

Parágrafo Primeiro: A empresa concederá até o equivalente a R\$ 809,44 (oitocentos e nove reais e quarenta e quatro centavos) para reembolso de despesas efetivas com internamento de filhos na faixa etária de 0 (zero) até 83 (oitenta e três) meses, com creche, babá ou instituição análoga de livre escolha do empregado(a). Também terá direito, desde que mantenha a guarda do filho, viúvo(a), separado(a)

judicialmente, desquitado(a), divorciado(a) e mãe solteira.

Parágrafo Segundo: Na inexistência de creches ou mesmo instituições análogas, que não dêem atendimento em período integral, (comprovada por declaração da Prefeitura Municipal e das instituições existentes no município), e quando a esposa do empregado comprovadamente trabalhar fora do lar com jornada integral e não receber benefício de sua empresa, será autorizada a contratação de babá, neste caso limitado ao valor de 1 (um) salário mínimo cumprindo o disposto na lei.

Parágrafo Terceiro: No caso dos responsáveis pelo menor trabalharem em um ou mais órgãos ou entidades vinculadas de qualquer forma ao Estado, o benefício somente poderá ser usufruído através de um dos responsáveis.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, dado pela empresa, o empregado que obtiver novo emprego antes do término do referido aviso, desde que haja comunicado e comprovado com 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 6 (seis) meses após o parto.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE AO EMPREGADO ACIDENTADO

O empregado que sofrer acidente de trabalho tem garantia, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio doença/acidentário, independente de percepção de auxílio acidente, nos termos do artigo 153 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais para os empregados da empresa.

Faltas

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

A empresa abonará a falta do estudante, mediante comprovação, para prestar provas vestibulares, sempre que houver coincidência com o horário de trabalho.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica assegurado a concessão de férias proporcionais, ao empregado com menos de um ano de emprego, que venha a pedir demissão.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FÉRIAS INICIO DO PERÍODO DO GOZO

O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados, ou dia de compensação de repouso semanal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LICENÇA PRÊMIO

Após cada 5 (cinco) anos de serviços, efetivamente trabalhados na administração indireta do Estado de Santa Catarina, o empregado fará jus a uma licença especial de 30 (trinta) dias, não prescrevendo o seu gozo, não podendo ser transformado em pecúnia, salvo nos casos de rescisão contratual, sem justa causa, na aposentadoria por invalidez e falecimento.

Parágrafo Primeiro: A empresa deverá atender ao pedido do empregado para o gozo de licença prêmio desde que à mesma seja solicitado com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo: A contagem do tempo de serviço para aquisição do direito a licença especial será feito pelo somatório do tempo dos contratos de trabalho firmado na administração indireta de Santa Catarina, descontados os períodos já gozados.

Parágrafo Terceiro: Não será considerado como período de trabalho:

- O tempo em que o empregado permanecer em licença sem remuneração;
- O tempo em que o empregado permanecer por mais de 6 (seis) meses em licença pelo INSS, no período aquisitivo anual.

Parágrafo Quarto: O empregado em gozo de licença especial fará jus a todos os direitos e vantagens do seu cargo, como se em exercício estivesse.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INSALUBRIDADE

A empresa pagará os percentuais de adicional de insalubridade sobre o menor salário constante da tabela salarial da empresa, para carga horária de 8 (oito) horas, a seus empregados desde que a insalubridade seja confirmada por laudo pericial.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FREQUÊNCIA LIVRE DE DIRIGENTES

Fica assegurada a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem nas realizações de Assembléias e reuniões sindicais, devidamente convocadas pelo Sindicato da categoria, 6 (seis) dias por ano, desde que a empresa seja avisada por escrito e com antecedência de 5 (cinco) dias úteis.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DESCONTO EM FOLHA

A empresa se obriga, a informar aos Sindicatos signatários os descontos efetivados em folha de pagamento, decorrentes de mensalidades e taxas assistenciais, relacionando os empregados e o total das

verbas recolhidas de cada empregado até 5 (cinco) dias após o efetivo desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A Empresa descontará de todos os empregados representados pelos Sindicatos integrantes do presente Acordo, no mês seguinte à assinatura deste, a importância correspondente a 1 (um) dia da remuneração mensal do empregado, repassando os valores descontados ao respectivo Sindicato até 5 (cinco) dias úteis após o efetivo desconto, a título de contribuição assistencial para custeio da campanha salarial, respeitado o direito de oposição do empregado, nos termos do Memo Circular SRT/M.T.E. N° 04 de 20 de janeiro de 2006, anexo ao presente.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contrato de trabalho, dos empregados com 6 (seis) meses ou mais de serviços prestados, serão efetuados com assistência da entidade sindical profissional.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS

A empresa permitirá a colocação de quadro de avisos para utilização da entidade sindical profissional em local de fácil visão e circulação no âmbito da empresa para fixação de editais, avisos e notícias sindicais, desde que previamente vistados pela empresa.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VANTAGEM PESSOAL

A reposição salarial prevista na cláusula terceira do presente Acordo incidirá, inclusive, sobre a vantagem pessoal, a qual fica mantida na forma da cláusula segunda do Acordo Coletivo de Trabalho 2003/2004, e da Vantagem Pessoal concedida na cláusula quarta do ACT 2011/2012 .

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MEMBRO NA DIRETORIA E NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

É garantido nos termos do inciso II - artigo 14 da Constituição estadual e Lei Estadual nº 1178, de 21 de dezembro de 1994, a participação de empregado na Diretoria e no Conselho de Administração da Empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA HOMOLOGAÇÃO

O presente Acordo Coletivo de Trabalho será aprovado por Resolução do Conselho de Política Financeira – CPF, homologada pelo Governador do Estado e publicada no Diário Oficial do Estado, na forma do que estabelece o Parágrafo Único, do artigo 50, da Lei Complementar nº284, de 28 de fevereiro de 2005.

Parágrafo Primeiro: Após análise, a homologação e publicação da Resolução aprobatória do presente instrumento, deverão ocorrer em até 30 dias, contados da data de sua respectiva entrega no protocolo geral do Conselho de Política Financeira – CPF.

Parágrafo Segundo: Após a publicação da Resolução aprobatória no Diário Oficial do Estado, este instrumento será levado a registro, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego SRTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DA ASS/RSC

A empresa se obriga ao fornecimento dos formulários de ASS e RSC (INSS) devidamente preenchidos.

DANIEL NUNES DAS NEVES
Membro de Diretoria Colegiada
SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC

MARIO CESAR SILVA
Diretor
SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARI

VALDIR RUBENS WALENDOWSKY
Presidente
SANTA CATARINA TURISMO SA